
Análise da cobertura jornalística da AIDS/HIV pelo portal G1 durante os dois primeiros meses de 2018¹

Lucas Comine Frades DA SILVA²

Lucas de Almeida SANTOS³

Cristiano OTAVIANO⁴

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

Resumo: A cobertura de notícias referentes ao HIV e à AIDS está submetida às sazonalidades e critérios de noticiabilidade jornalísticos. Além disso, o enquadramento noticioso passa por diversos crivos desde o jornalista, passando por suas fontes, até a instituição que publica a notícia. Dessa forma, esse artigo se propõe a analisar a cobertura do HIV/AIDS pelo portal G1, do Grupo Globo, nos dois primeiros meses de 2018.

Palavras-chave: AIDS; HIV; Jornalismo Científico; G1

INTRODUÇÃO

Devido ao forte estigma envolvendo pessoas que vivem com vírus causador da AIDS, o HIV, existe uma lacuna referente ao conhecimento público de como a doença e o seu patógeno funcionam. Segundo artigo “Crianças e Jovens Vivendo com Hiv/Aids: Estigma e Discriminação” - publicado na revista “Com Ciência” em 2006 pelos médicos José Ricardo Ayres e Ivan França Jr, e pela psicóloga Vera Paiva, professores na Universidade de São Paulo (USP) - a “força dos sentimentos estigmatizantes” e suas reverberações no modo de vida do portador do vírus “talvez repouse no reconhecimento, por si mesmo e pelos outros, de que a condição de portador poderá ser alvo de preconceito e eventual discriminação, de agressão aberta à integridade física e mental do jovem”.⁵

¹ Trabalho apresentado no IJ01 - Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Graduando em Comunicação Social – Jornalismo e participante do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Universidade Federal de São João del-Rei, onde desenvolve pesquisa sobre o assunto do artigo. E-mail: lucas.comine@gmail.com

³ Graduando em Comunicação Social – Jornalismo. E-mail: lucasp42009@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor Adjunto do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFSJ . E-mail: cristianoufsj@gmail.com

⁵ Fonte: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=13&id=106&tipo=1>

No último levantamento feito pela UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, em 2016 existiam mais de 36 milhões de pessoas vivendo com o vírus do HIV em todo mundo, sendo pouco mais de 34 milhões adultos e 2,1 milhões crianças (abaixo de 15 anos). No mesmo levantamento foi apontado um total de 1,8 milhões de infecções por HIV em todo o planeta, totalizando 1,7 milhão de infecções entre adultos e 160 mil entre crianças. Quanto ao número de mortes relacionadas à AIDS, o levantamento apontou que 1 milhão de pessoas morreram em decorrência de complicações na saúde advindas do vírus do HIV, sendo 890 mil mortes de adultos e 120 mil mortes de crianças.

Ainda de acordo com o levantamento feito pela UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, existem aproximadamente 827.000 pessoas com HIV no Brasil, o que corresponde a 2,25% da população mundial com o vírus e 0,4% da população nacional.

Almeida (2017), em sua dissertação de mestrado – “A representação social das pessoas vivendo com HIV/Aids na mídia impressa” – defende que a Aids extrapola o universo médico e toma características de uma construção discursiva. E isso ocorre desde quando foram veiculados os primeiros casos pela imprensa, mesmo quando ainda não se sabia de qual doença se tratava.

[...] a Aids não representa apenas um fenômeno social, mas uma construção discursiva. A Aids pode ser um objeto do estudo para a análise da atuação jornalística já que é possível demarcar exatamente o início do percurso narrativo da Aids na imprensa, pois a doença tem sido noticiada antes mesmo que a ciência descobrisse do que se tratava. (ALMEIDA, p. 70.)

Hoje existe uma inserção de notas e reportagens que dialogam sobre o tema por meio de grandes portais de notícia. A delimitação de pesquisa se baseia nas definições estabelecidas pelo autor Alessandro Mancio Camargo (2016), quando ele afirma que dentro do fazer comunicacional científico existem três categorias: Difusão; Divulgação e Disseminação. O foco da pesquisa é a difusão, que, segundo Camargo, refere-se à propagação de mensagens através de meios de comunicação de massa. Desta forma, os dados coletados dirão respeito ao que é transmitido às pessoas que não possuem

conhecimento específico sobre o assunto tratado, sendo possível ter um maior entendimento da construção midiática em cima da figura do soropositivo.

A proposta deste artigo é, então, observar as publicações do portal G1 no período que compreende desde a primeira semana de janeiro de 2018 (começando em 01/01/2018) até uma semana depois do Carnaval de 2018 (até 20/02/2018). Serão consideradas como material para a pesquisa todas as matérias publicadas neste período que contenham ao menos uma das seguintes palavras-chaves: HIV, Aids e soropositivo.

Para a análise, utilizaremos os mesmos critérios empregados por Traquina (2005), sendo eles: (1) autoria do item (não assinado, assinado pelo jornalista, etc.); (2) origem jornalística (agência noticiosa doméstica, agência noticiosa internacional, jornalista do staff, etc.); (3) Gênero jornalístico (sumário, notícia, artigo, editorial, etc.); (4) Tamanho do item (menos de dois parágrafos, de três a dez, mais de dez); (5) Enfoque do item (nacional ou internacional); (6) Orientação para o evento (referência a um evento específico ou não); (7) Principal agente noticiosa do item. Além destes critérios usaremos mais dois critérios editados para que acrescentem à nossa análise: (8) Nacionalidade da matéria; (9) Em caso de matérias nacionais, em qual a região do país ela se concentra. Não será considerado o critério de análise utilizado por Traquina a partir das categorias usadas por Rogers, Dearing e Chang⁶.

História da Aids

No final da década de 70, o mundo se viu diante de uma doença desconhecida. A Aids (sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) teve os primeiros casos registrados entre 1977 e 1978⁷ nos Estados Unidos, Haiti e África Central. No Brasil, o primeiro caso foi registrado em 1981.

Inicialmente, a Aids era encarada como uma doença de nichos. Por isso, em 1982 adotou-se o nome de “Doença dos 5H”, representando os homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável) e *hookers*

⁶ histórias noticiosas acerca de: Crianças com AIDS; Figuras Públicas; Epidemia; Bio-Médico; Prevenção; Discriminação; Ajuda de Pessoas; Políticas governamentais; Direitos civis; Ética; Interesse humano; Resultado de sondagens; outros.

⁷ Os dados estão disponíveis em: <http://www.aids.gov.br>. Acesso em: 03/04/2018

(“profissionais do sexo”, em tradução livre). A denominação, apesar de excludente, já apontava para um entendimento de que a síndrome estava associada ao sangue e ao sexo.

Neste período, grande parte dos países ocidentais viveram o movimento de *contracultura*, que segundo o artigo “A Guerra Fria e a Contracultura” publicado pelo Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), é um termo utilizado para caracterizar diversos movimentos civis e políticos que aconteceram nos anos 60 e 70 que iam de frente contra a cultura tradicionalista. Entre eles, estava presente o movimento *hippie*, que aplicava ao seu dia-a-dia princípios de liberdade sexual.

Para Susan Sontag (1989), as interpretações criadas em torno da Aids contribuíram para o estigma sobre os portadores da doença, como um castigo ao hedonismo (sexo e drogas). Flávia Péret (2011) resume essa ideia: “[...] para os indivíduos que atribuem a existência da Aids à homossexualidade, ela seria a punição divina pelos atos *anormais* cometidos e pela subversão das leis e das normas da sociedade heterossexual”.

Em 1983 é notificado o primeiro caso de AIDS em uma criança. Após 5 anos do primeiro caso notificado, descreve-se o primeiro caso de uma provável transmissão heterossexual, tendo os homossexuais usuários de drogas como os possíveis difusores do vírus para a população heterossexual. Frente à epidemia que se alastrava pelo mundo, o Brasil inicia um processo de luta contra as DSTs, criando em 1985 o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA); em 1986 o Programa Nacional de DST e Aids e em 1997 o primeiro Centro de Orientação Sorológica (Coas).

No ano de 1988, uma portaria assinada pelo Ministério da Saúde reconheceu o dia 1º de dezembro como Dia Mundial da Luta contra a Aids. Neste mesmo ano é criado o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Ministério da Saúde inicia o fornecimento de medicamentos para tratamento das infecções oportunistas. Ainda em 1988, é diagnosticado o primeiro caso de AIDS na população indígena. Já na década de 90, mais especificamente em 1991, inicia-se o processo para a aquisição e distribuição gratuita de antirretrovirais (medicamentos que dificultam a multiplicação do HIV).

Os serviços de tratamento e atenção às DSTs, HIV e AIDS foi regulamentado em 2013 pelo Ministério da Saúde. No mesmo ano, o tratamento do HIV foi estendido para todas as pessoas diagnosticadas com o vírus, mesmo antes de apresentarem comprometimento do sistema imunológico. Já em 2017, foi regularizada a comercialização em farmácia do autoteste do HIV, disponível para a população em geral. Além da regularização, foi incorporada ao SUS a distribuição do medicamento de profilaxia pré-exposição, que previne a infecção pelo vírus do HIV.

CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA

Jornalismo Científico no Brasil

O jornalismo científico no Brasil tem seu início junto ao da imprensa nacional: Hipólito da Costa trazia discursos científicos no jornal *Correio Braziliense*. Wilson da Costa Bueno (2009) narra em seu artigo *Jornalismo científico no Brasil os desafios de uma longa trajetória*, que a evolução do jornalismo científico brasileiro tem acompanhado o ritmo da própria evolução da indústria de comunicação nacional “experimentado, sobretudo, nas últimas décadas, uma mudança drástica, no sentido de uma profissionalização e de uma segmentação crescentes.” (p. 199). As ideias de Bueno vão ao encontro das premissas de análise deste artigo, uma vez que nos propomos a analisar a segmentação dentro de um portal de notícias gerais.

Outro ponto trabalhado por Bueno é a espetacularização que ocorre na cobertura científica, se justificando pela incapacidade dos jornalistas de decodificar o discurso científico. Sendo assim,

o processo de produção jornalística pode (o que acontece de maneira recorrente) privilegiar a espetacularização da notícia, buscando mais a ampliação da audiência do que a precisão ou a completude da informação. Além disto, a não ser em situações específicas, como no caso de portais ou blogs dedicados à divulgação científica, a interação entre produtores de informações e audiência não ocorre, reduzindo-se o processo a uma mera transmissão de informações (BUENO, p. 4-5)

Assim como Bueno, Fabíola de Oliveira – em *Jornalismo Científico* (2002) – aponta que o jornalismo científico nacional geralmente cai em “no denunciismo e no alarmismo sem fundamento e é incapaz de análises, interpretações e exposição de contrapontos” (p. 39). Ainda segundo Oliveira (2002), um dos desafios da cobertura científica é o difícil acesso às fontes, uma vez que as entidades e a comunidade científica não entendem a relevância da comunicação dentro da conjuntura social atual. A autora ressalta que as notícias são válidas até mesmo para a sobrevivência de projetos científicos.

A notícia

Um segundo eixo teórico a ser abordado é a definição e conceituação de notícia. Segundo Traquina (1996), o primeiro aspecto a ser estudado para avaliar o conceito de notícia é a “teoria do espelho”, que evoca a notícia como espelho da realidade. Essa concepção, como pontua o autor, tem dois momentos de destaque na história do Jornalismo. O primeiro deles acontece em meados do século XIX, com o surgimento do “Novo Jornalismo”, ou seja, a ascensão do jornalismo meramente informativo e esvaziado de opinião. Já o segundo marco se situa entre os anos 1920 e 1930, nos Estados Unidos, com o surgimento do conceito de objetividade jornalística, ou “a fé nos fatos” (p. 168).

Apesar de antigo, esse mito encontra apoio e confiança ainda nos dias de hoje. Há uma grande parcela da população que acredita que as notícias, como explica Traquina, apenas emergem “naturalmente dos acontecimentos do mundo real”. Citando Adriano Duarte Rodrigues, Traquina (1996) lembra que lemos as notícias tendo em mente que elas representam a realidade e que, além disso, não esperamos que o jornalista quebre este “pacto”, fugindo para o campo da “ficção”.

Essa confiança na mídia como relatora dos acontecimentos pode ser atestada com a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), de 2016, realizada pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal. Segundo a pesquisa, mais de 50% das pessoas ouvidas que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por

esse meio. O mesmo acontece com rádios e jornais impressos. Esse fenômeno acontece de forma diferente apenas na internet, onde a maioria dos entrevistados revelou confiar pouco nas notícias.

Outro tópico abordado por Traquina (1996) é o que tange às narrativas utilizadas pelos jornalistas para construir um texto jornalístico. Sendo assim, o autor passa a tratar as notícias como “índice do real”, uma vez que a construção de um texto jornalístico – como a escolha da narrativa ou a forma literária – é orientada por como a realidade é vista pelo jornalista.

Enquadramento

Para se analisar o enquadramento noticioso jornalístico, um primeiro passo é a observação das fontes utilizadas pelo jornalista para compor a reportagem. Para Traquina (1996), é importante ressaltar credibilidade da fonte consultada, uma vez que, como pontua, nenhuma fonte é desinteressada, assim como o próprio jornalista. Dito isso, há uma predileção no campo jornalístico pelas fontes oficiais e “autoridades”, que evocam uma “qualidade” da seleção de fontes, ou seja, a “qualidade” da fonte é diretamente ligada à sua posição, seja na sociedade, em uma empresa ou em um governo.

Ainda de acordo com Traquina (1996), uma fonte tida como “autoridade” encontra mais voz dentro de uma notícia do que pessoas ou fontes que não ocupam posições tão altas mas que também têm autonomia e autoridade para se posicionar sobre determinado assunto. Essas fontes que não desfrutam do status de autoridade são fundamentais, na maioria das vezes, para criar um contraponto à fala das ditas “autoridades” relacionadas como fontes.

Há uma discordância entre as abordagens da questão do uso de autoridades e fontes oficiais trabalhadas por Oliveira (2002) e por Traquina (1996). Enquanto como visto acima Traquina sugere a utilização de fontes que não são tidas como autoridades, Oliveira busca priorizar a utilização de fontes oficiais, pois em sua visão “pesquisadores

de modo geral têm o dever de prestar contas à sociedade sobre as realizações na área, contribuindo para a evolução educacional e cultural da população” (p. 14).

O enquadramento noticioso depende também da questão do tempo no trabalho jornalístico, em especial o *deadline*. A necessidade de se trabalhar com esse horário, como expõe Traquina (1996), implica a necessidade ou de se noticiar de forma rasa um acontecimento que ocorreu próximo à hora de fechamento ou deixar para a próxima edição. Essa última opção geralmente causa perdas aos jornais, uma vez que se perde o “furo jornalístico” e na próxima edição o fato pode já ser “notícia velha”.

O fator tempo no fazer jornalístico se destaca também na relação da própria sociedade com o jornalismo. Os jornais são a marca da atualidade, onde os leitores procuram saber o que aconteceu no máximo ontem. Os jornais se apoderam também do tempo para suas notícias, marcando “aniversários” de acontecimentos ou assuntos que emergem em épocas específicas. Esse último ponto corrobora a análise deste artigo, uma vez que com a proximidade do Carnaval, a mídia pode agendar um número maior de notícias sobre HIV/Aids, visto que o período da festa pode ser considerado como um vetor de contaminação.

A necessidade de atualidade no jornalismo dificulta a abordagem de problemáticas, como explica Traquina (1996), uma vez que elas são fenômenos de longo prazo. Dessa forma, o jornalista dá prioridade ao que acontece agora em detrimento de algo que ocorre de forma lenta através de meses ou anos.

Um último fator a ser citado na construção do enquadramento noticioso é a relação dos critérios de noticiabilidade. De acordo com Traquina (1996), a escolha do que deve ou não ser noticiado passa por diversos “filtros”, como proximidade e relevância do fato. Sendo assim, uma notícia nem sempre é um relato de um fato que o jornalista julgou necessário noticiar, mas sim o que passou pelos filtros da noticiabilidade que são aceitos pelo veículo para o qual ele trabalha.

Ainda abordando os critérios de noticiabilidade, a questão geográfica também interfere no enquadramento de uma notícia. Em termos nacionais, há uma lacuna comunicacional e uma discrepância entre regiões. Como aponta a pesquisa Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil (Media Ownership Monitor – MOM)

⁸, realizada pelo grupo Repórteres Sem Fronteiras, em parceria com o Intervozes, do total de empresas de mídia, a região Sul e Sudeste concentram 80% dos escritórios de comando dos grupos que controlam os 50 maiores veículos de mídias do país. O cenário de concertação midiática geográfica se intensifica quando leva-se em conta a distribuição por cidades. 62% dos escritórios de mídia do país se encontram em São Paulo (SP), 12% no Rio de Janeiro (RJ), 10% em Porto Alegre (RS), 6% em Belo Horizonte (MG) e 4% em Brasília (DF).

RESULTADOS

Distribuição de notícias por região

Dentro do período de 51 dias (de 01/01/2018 - 20/02/2018) analisados, foram publicadas 27 notícias que atendem aos verbetes AIDS e HIV. Foram selecionadas matérias feitas para o portal, dessa maneira excluindo reproduções de matérias produzidas para os telejornais, tanto nacionais, quanto regionais.

Dentro do corpo de pesquisa encontramos três (03) notícias internacionais: uma no continente Sul Americano, outra na América do Norte e a última na Ásia; duas (02) notícias sem localização específica; nove (09) notícias na região Norte; seis (06) notícias na região Nordeste; quatro (04) na região Sudeste; duas (02) na região Sul e uma (01) na região Centro-Oeste.

Norte	09
Nordeste	06
Sudeste	04
Sul	02
Centro-Oeste	01
Internacional	03
Sem localização específica	02

Tabela 1: Distribuição de notícias por região

⁸ <https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/> (Acessado em 22-04-18)

Levando em consideração os critérios de noticiabilidade e de como os grandes conglomerados de comunicação estão majoritariamente no Sudeste, o resultado da análise nos trouxe estranheza em primeira instância, uma vez que a região Norte e Nordeste apresentam uma maior cobertura do tópico. Para explicar esse acontecimento levantamos a hipótese de que a cobertura do tópico na região sudeste tem um foco maior dentro dos telejornais do Grupo Globo, levando à consequente redução do número de publicações exclusivas para o portal. Uma rápida análise nas duas páginas de procura mais recente no site da emissora apresentou onze (11) matérias sobre Aids/HIV na região sudeste contra apenas cinco (05) da região Norte, o que parece corroborar a hipótese aventada.

Resultados por conteúdo

A respeito da estrutura da notícia, pode-se concluir que dentro das vinte e sete (27) matérias, três (03) são de agências de notícias, sendo duas (02) da BBC, do Reino Unido (uma da filial brasileira) e uma (01) da Agência EFE, da Espanha. Essas matérias representam duas das três notícias internacionais. O restante das vinte e quatro (24) matérias publicadas foram realizadas por filiais regionais do Grupo Globo.

Ainda de acordo com a análise, temos seis (06) notícias que são assinadas e vinte e uma (21) que não são. Analisamos que três têm características de reportagens, apresentando mais de 11 parágrafos cada e sendo multimídia.

Apenas duas notícias (02) apresentaram uma diversidade de fontes. Uma das matérias relata a morte de um detento soropositivo e a fonte não oficial é um parente revoltado com o descaso do sistema carcerário. A outra é uma reportagem da BBC na qual são utilizadas fontes não oficiais, pessoas soropositivas, para construir uma narrativa. As fontes oficiais entravam para corroborar com as afirmações. O restante das vinte e cinco (25) matérias se restringiram à utilização de fontes oficiais e em duas não houve uma citação direta.

Foi possível constatar que são majoritariamente notícias curtas que vão de três (03) a nove (09) parágrafos curtos, o que pode ser justificado pelo meio da mensagem, que exige uma narrativa mais concisa e curta.

As reportagens se mostram necessárias dentro de um contexto sociocultural. Uma delas relata a dizimação de uma tribo na Venezuela e a entrada de alguns destes indígenas no território nacional. Uma narrativa mais longa permitiu trabalhar o assunto de forma mais crítica. Porém, é necessário ficar atento com os preconceitos que rondam a doença. Isso fica patente quando se diz que a disseminação maior nos indivíduos do sexo masculino se dá devido à transsexualidade ser algo comum dentro da tribo, quando até a ciência desconhece a razão pela qual o vírus atingir apenas 2% das mulheres em comparação com os 36% dos homens da tribo.

Outra prova de um preconceito inserido dentro do texto foi em uma matéria publicada no dia sete de fevereiro, na qual se justificou, através da entrevista com um especialista, o aumento do número de casos em heterossexuais como sendo vergonha dos homossexuais de se assumirem para o funcionário da área da saúde.

Os do governo apontam que a incidência do vírus é maior em heterossexuais (3.018 casos entre 2010 e 2017). Para o infectologista, os números podem ser também sinônimos de preconceito.

“Temos que observar que essas pessoas optam por não contar a verdade num primeiro momento e preferam esconder que são homossexuais”, afirmou Scaff.

⁹ Citação retirada da matéria “Quase duas pessoas foram diagnosticadas por dia com HIV em 2017 em MT”

Assim como o previsto, as matérias são constituídas majoritariamente por fontes oficiais, como: instituições governamentais e profissionais da saúde. Esta dinâmica conversa com a premissa de Oliveira (2002) trabalhada no início deste artigo. A

abordagem sugerida por Traquina (1996) aparece no caso da reportagem realizada pela BBC, na qual é narrado a vivência de uma pessoa soropositiva e as alegações são confirmadas por fontes oficiais. Mas entendemos que o fazer jornalístico factual depende das organização temporal do jornalista e do veículo para o qual ele trabalha, materializado no deadline (Traquina, 1996). Uma prova disto é que vinte e quatro (24) das matérias são orientadas por evento, ou seja, um acontecimento proeminente.

A escolha do recorte temporal foi feita por acreditarmos que o contingente noticioso seria maior nas vésperas e logo após ao carnaval. Apesar de algumas matérias tratem do assunto, em sua maioria elas estavam relacionadas ao lançamento da droga Profilaxia Pré-exposição (PrEP) na rede pública de saúde, sendo 25,92% das matérias, enquanto textos relacionados ao carnaval representaram 18,51% do total de notícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada entendemos que apesar dos critérios de noticiabilidade levarem em conta sazonalidades referentes aos seu conteúdo, um acontecimento de grande proeminência pode quebrar essa rotinização de publicação.

Outro ponto que pudemos perceber foi o fato de as notícias mais factuais trabalharem o assunto AIDS/HIV de forma mais rasa (algumas vezes reproduzindo preconceitos que vêm desde as primeiras coberturas sobre a doença ou do vírus). O tratamento de problemáticas, dessa forma, fica em segundo plano, uma vez que as atualidades são encaradas como o “combustível” do jornalismo. Esse viés pode ser observado no conteúdo das matérias analisadas, pois poucas trazem um aprofundamento do tema.

A utilização das fontes no jornalismo diário, ao qual se propõe o G1, é pautada pelo fator tempo. Dessa forma, percebemos que há uma predileção pelo uso de fontes oficiais, uma vez que essas são mais facilmente identificáveis e podem ter mais disposição para emitir declarações.

Em suma, a partir da análise proposta no artigo, identificamos indícios de que a cobertura do HIV/AIDS: (1) é feita de forma rasa; (2) utiliza preferencialmente fontes

oficiais; (3) reproduz discursos que baseiam preconceitos; (4) não desenvolve coberturas de longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marília de. **A representação social das pessoas vivendo com HIV/Aids na mídia impressa**. Goiânia: Programa de Pós-graduação em Comunicação, UFG, 2017.

AYRES, J. ; FRANÇA, A.; PAIVA, V. **Crianças e jovens vivendo com HIV/Aids: estigma e discriminação**. In: COMCIÊNCIA: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2016.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1988.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais**. Informação & Informação (UEL. Online), v. 15, p. 1-12, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória**. In: PORTO, CM., org. Difusão e cultura científica: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 113-125. ISBN 978-85-2320-912-4.

CAMARGO, Alessandro Mancio de. **Sociedade em rede: comunicação científica na nova mídia**. Curitiba: Appris, 2016.

CRUZ, Maria Aparecida Souza da. **A Guerra Fria e a Contracultura**. [S.l.: s.n]. Núcleo de Estudos Contemporâneos - Universidade Federal Fluminense. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/nec/guerra-fria-e-contracultura>> (Último acesso em 22-04-18)

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2003

PÉRET, F. H. S.. **Imprensa Gay no Brasil - Entre a Militância e o Consumo**. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2011. v. 1. 135p

SONTAG, Susan. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

TRAQUINA, Nelson. **As notícias**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega Editora, 1996.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.